



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

**CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E
TRANSPORTE A ATERRO DE RESÍDUOS URBANOS, LIMPEZA URBANA, NO
CONCELHO DE MARCO DE CANAVESES**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

Índice

I. Disposições Gerais	4
Artigo 1.º Objeto do Concurso	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	4
Artigo 3.º Decisão de contratar e escolha do procedimento	5
Artigo 4.º Júri	5
Artigo 5.º Disponibilização e acesso ao procedimento	6
Artigo 6.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento	6
Artigo 7.º Concorrentes	7
II. Propostas	8
Artigo 8.º Proposta e indicação do preço	8
Artigo 9.º Documentos da Proposta	9
Artigo 10.º Propostas variantes	10
Artigo 11.º Prazo e modo de apresentação das propostas	10
Artigo 13.º Prazo de manutenção das propostas	11
Artigo 14.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	11
Artigo 15.º Análise das propostas e exclusão	11
Artigo 16.º Esclarecimentos sobre as propostas	12
III. Adjudicação	12
Artigo 17.º Critério de adjudicação e critérios de desempate	12
Artigo 18.º Relatório preliminar e audiência prévia	13
Artigo 19.º Relatório final	13
Artigo 20.º Decisão e notificação de adjudicação	13
Artigo 21.º Documentos de habilitação	14
Artigo 22.º Caução	15
Artigo 23.º Redução do contrato a escrito	16
Artigo 24.º Aprovação da minuta do contrato	16
Artigo 25.º Aceitação da minuta do contrato	17
Artigo 26.º Causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar	17
IV. Disposições Finais	17



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

Artigo 27.º Encargos dos concorrentes.....	17
Artigo 28.º Prazos.....	17
Artigo 29.º Legislação aplicável.....	18

ANEXOS:

ANEXO I - DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO III – ESTUDO ECONÓMICO-FINANCEIRO

**ANEXO IV – MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DA METODOLOGIA PROPOSTA PARA A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS**

ANEXO V – PLANEAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHADORES IMIGRANTES EVENTUALMENTE CONTRATADOS

ANEXO VII - MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

ANEXO IX - MODELOS DE CAUÇÃO

ANEXO X – CONSTITUIÇÃO DE JÚRI



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE A ATERRO DE RESÍDUOS URBANOS, LIMPEZA URBANA, NO CONCELHO DE MARCO DE CANAVESES

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

I. Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

1. O presente concurso tem por objeto a contratação de serviços de recolha e transporte a aterro de resíduos urbanos e limpeza urbana no concelho de Marco de Canaveses, de acordo com este Programa do Procedimento e respetivo Caderno de Encargos, sendo adotado o procedimento por concurso público com publicação no JOUE, ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.

2. Os serviços a prestar inserem-se nas categorias 90511000 - 3 (Serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos) e 90610000 - 6 (Serviços de limpeza e varrimento de ruas), constantes do regulamento (CE) nº 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Município de Marco de Canaveses, com sede em Largo Sacadura Cabral, 4630-219 Marco de Canaveses, pessoa coletiva n.º 501 073 655, com o telefone n.º 255 538 800, com o fax n.º 255 538 899 e com o endereço eletrónico info@cm-marco-canaveses.pt.

2. Todas as notificações e comunicações entre a Entidade Adjudicante ou o Júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário, relativas à fase de formação do contrato no âmbito do presente Programa do Procedimento devem ser escritas e redigidas em português e obrigatoriamente efetuadas através da Plataforma Eletrónica, por via do envio automático de mensagens eletrónicas, devendo as mesmas ficar disponíveis para consulta na área exclusiva respetiva.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

3. A data e a hora precisas das notificações e comunicações a que se refere o número anterior são registadas, de acordo com o artigo 469.º do CCP e nos termos previstos no n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 3.º

Decisão de contratar e escolha do procedimento

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a decisão de contratar e a decisão de autorização da despesa, foi tomada por deliberação da Câmara Municipal do Marco de Canaveses na sua reunião do ordinária n.º 15, realizada no dia 28/julho/2023.

2. O procedimento escolhido é o concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 130 a 154.º do Código dos Contratos Públicos, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e nos termos dos artigos 130.º do CCP.

3. A prestação de serviços objeto do contrato não prevê a contratação por lotes fundamentada pela situação prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, em que o reduzido número de operadores económicos no mercado enquanto potenciais interessados em participar no procedimento de formação do contrato, determina a suscetível redução da concorrência, em termos de a divisão em lotes não permitir a múltipla escolha de diversos adjudicatários, mas, pelo contrário, provocar a não apresentação de propostas para todos os lotes, ou o conluio entre os operadores económicos para a repartição do mercado, pela escolha dos lotes a adjudicar, e derivado do facto das prestações contratuais serem incidíveis por acarretarem a manutenção de um vínculo de ordenação e sucessão entre si, o que impede a sua divisão em diferentes lotes.

Artigo 4.º

Júri

1. O Júri do Procedimento é composto por 5 (cinco) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar, como consta do Anexo X do presente Programa.

2. No âmbito do presente procedimento, ao Júri compete:

- a) Prestar os esclarecimentos solicitados pelos Interessados;
- b) Proceder à apreciação das Propostas;
- c) Elaborar relatórios de análise das Propostas.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

3. O Júri exercerá, ainda, as competências que lhe possam a vir ser delegadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, sem prejuízo da possibilidade de avocação das mesmas.

4. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 67.º, n.º 5 do CCP, o Júri subscreveu a declaração de inexistência de conflitos de interesse.

Artigo 5.º

Disponibilização e acesso ao procedimento

1. As peças do procedimento são disponibilizadas em Plataforma Eletrónica de Contratação, em área de acesso livre, e de forma completa e gratuita, desde o dia da publicação do anúncio do procedimento no Diário da República.

2. Para ter acesso à Plataforma Eletrónica de Contratação, cada interessado deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, sendo este registo gratuito, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 23.º e n.º 3 do artigo 28.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

3. O acesso aos restantes documentos do procedimento, designadamente os relativos aos esclarecimentos e às retificações da autoria da Entidade Adjudicante, às suas decisões de prorrogação do prazo, às listas dos erros e omissões identificados pelos interessados, à lista dos erros e omissões aceites pela Entidade Adjudicante e às notificações e comunicações na fase prévia à apresentação das propostas, é reservado aos interessados registados e participantes no mesmo.

4. Quando, por qualquer motivo, o Programa do Procedimento ou o Caderno de Encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no n.º 1, desde o dia da publicação do anúncio do Procedimento no Diário da República, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

5. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foram publicitados os anúncios do presente procedimento.

Artigo 6.º

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do procedimento, devendo os interessados apresentar os seus pedidos de esclarecimento, por escrito, através da Plataforma Eletrónica de Contratação, até



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

antes das 17:00 do dia em que termina o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.

2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri do procedimento, por escrito, através da Plataforma Eletrónica de Contratação, até antes das 17:00 do dia em que termina o segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.

3. A falta de resposta, até à data prevista no n.º 2, a pedidos de esclarecimento solicitados nos termos previstos no n.º 1 justifica a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

4. No mesmo prazo previsto no n.º 1, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetados no Caderno de Encargos, relativos aos elementos previstos no n.º 2 do artigo 50.º do CCP, com exceção dos referidos na alínea d) do mesmo normativo e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

5. No mesmo prazo previsto no n.º 2, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

7. Sem prejuízo do previsto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, sem prejuízo, neste caso, do previsto no artigo 64.º do CCP.

8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na Plataforma Eletrónica de Contratação e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

9. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º

Concorrentes

1. Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participante no presente Procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar e que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

2. É permitida a apresentação de Propostas por um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre os membros que o compõem exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da Proposta.

3. Sem prejuízo da constituição jurídica dos agrupamentos não ser exigida no momento da apresentação da Proposta, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, obrigam-se, em caso de adjudicação, a assumir a forma de sociedade comercial, de agrupamento complementar de empresa ou de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, com vista à celebração do contrato objeto do presente Procedimento, devendo, se optarem pela constituição de consórcio externo, as entidades que compõem o agrupamento Concorrente indicar o chefe do consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber do Município de Marco de Canaveses, e dela dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes neste procedimento de forma isolada, nem integrar outro Agrupamento Concorrente.

5. As entidades que compõem o agrupamento devem designar um Representante Comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente Procedimento, incluindo a assinatura da Proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem, não existindo Representante Comum, a Proposta deve ser assinada por todos os membros e respetivos representantes.

II. Propostas

Artigo 8.º

Proposta e indicação do preço

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

2. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

Artigo 9.º

Documentos da Proposta

1. As propostas devem nos termos do disposto no artigo 57º do CCP, ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, em cumprimento do estipulado no nº 6 do artigo do artigo 57.º do CCP.
- b) Declaração com indicação do preço, elaborada de acordo com o Anexo II ao presente Programa do Procedimento.
- c) Estudo económico e financeiro, respeitando os requisitos indicados no Anexo III do Programa do Procedimento.
- d) Memória descritiva e justificativa da metodologia proposta para a prestação de serviços, respeitando os requisitos indicados no Anexo IV do Programa do Procedimento.
- e) Planeamento da prestação de serviços com os requisitos indicados no Anexo V.
- f) Declaração sob compromisso de honra, assinada pelo representante da empresa, que mencione o cumprimento das obrigações legais, relativamente a trabalhadores imigrantes eventualmente contratados, conforme Anexo VI do Programa do Procedimento.
- g) Certidão do Registo Comercial, ou Procuração, ou instrumento de mandato, comprovativo dos poderes de quem assina os documentos da proposta.

2. Se aplicável, quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta;

3. Os concorrentes devem referir nas suas propostas as denominações e especificações (técnicas e comerciais) dos produtos em língua portuguesa, e o mesmo se exige para as eventuais guias ou faturas.

4. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, sob pena de exclusão.

5. As traduções deverão ser apresentadas por entidades comprovadamente certificadas e reconhecidas como tal, sob pena de exclusão quando não se utilizar a certificação de traduções, requisitos e entidades legalmente habilitadas, nos termos do Código do Notariado e ainda com o que derive da Lei especial, nos termos do Decreto-Lei nº 244/92 de 29 de outubro.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

Artigo 10.º

Propostas variantes

Para efeitos do artigo 59.º do CCP, não são admitidas propostas variantes.

Artigo 11.º

Prazo e modo de apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas até às 18h00 do 60º dia consecutivo a contar da data de envio do anúncio para o Diário da República, através da Plataforma Eletrónica de Contratação <http://www.acingov.pt>.

2. A data-limite fixada no ponto anterior pode, a pedido dos interessados em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada nos termos definidos no artigo 64º do CCP.

3. A prorrogação do prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.

4. Em caso de qualquer dificuldade para aceder e utilizar a Plataforma Eletrónica de Contratação, o interessado ou concorrente deverá contactar o Serviço de Apoio Especializado através do n.º 707451451, disponível nos dias úteis das 8h30 às 24h00 ou através do endereço de correio eletrónico apoio@acingov.pt.

5. Sem prejuízo do apoio técnico prestado pela entidade gestora da Plataforma Eletrónica de Contratação, nos termos no número anterior, quaisquer circunstâncias que, não sendo imputáveis aos interessados ou aos concorrentes, impossibilitem ou tornem excessivamente demorada a submissão da proposta na Plataforma Eletrónica de Contratação, devem ser comunicadas à Entidade Adjudicante, para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com a antecedência mínima de duas horas antes do termo do prazo de apresentação das propostas, acompanhadas da devida prova, para o endereço eletrónico info@cm-marco-canaveses.pt, sob pena de não ser exequível a tomada das medidas necessárias a fim de os interessados ou concorrentes não serem prejudicados.

6. Todos e cada um dos documentos submetidos na Plataforma Eletrónica de Contratação devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto nos n.ºs 2 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e com aposição de selos temporais, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 55.º desse mesmo diploma.

7. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes dar cumprimento ao previsto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, submetendo na Plataforma Eletrónica de Contratação um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

8. Nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a mera assinatura eletrónica de ficheiros “zip.” ou equivalentes, que contenham vários documentos eletrónicos, não será admissível, devendo tais documentos ser individualmente assinados nos termos referidos no número anterior.

9. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, deverá ser assinada eletronicamente pelo representante comum do agrupamento, devendo-se dar cumprimento ao previsto no n.º 5 do artigo 57.º do CCP.

10. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo anexado à proposta dos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, nos termos do n.º 5 do artigo 66.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

11. Para efeitos de determinação da data e hora referidas no número anterior, ter-se-á em consideração o momento em que o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que as integram.

Artigo 13.º

Prazo de manutenção das propostas

O concorrente fica obrigado a manter a sua Proposta durante um período de 90 dias contados da data-limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.

Artigo 14.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo para apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na Plataforma Eletrónica de Contratação, nos termos do artigo 138.º do CCP.

2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar.

Artigo 15.º

Análise das propostas e exclusão

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação, e termos ou condições.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

2. Na análise das propostas será verificada a existência de algum dos pressupostos de exclusão previstos no n.º 2 do artigo 70.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.

3. Serão excluídas todas as propostas que não obedeam aos termos e condições definidos no Caderno de Encargos.

Artigo 16.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 72.º do CCP, o júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

2. Em conformidade com o n.º 2 do artigo 72.º do CCP, os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

3. Nos termos do artigo 125.º do CCP, no caso de apresentação de uma única proposta, a entidade adjudicante pode pedir esclarecimentos sobre a mesma.

III. Adjudicação

Artigo 17.º

Critério de adjudicação e critérios de desempate

1. A adjudicação será efetuada ao Concorrente que apresente a proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na modalidade de multifator, tendo em conta o seguinte modelo de avaliação de propostas e respetivos coeficientes de ponderação:

a) Valia económica – 50%

a1) VE1 - Preço – 70%

a2) VE2 – Estudo económico-financeiro – 30%

b) Valia técnica – 50%

b1) VT1 – Metodologia de desenvolvimento da prestação de serviços – 40%

b2) VT2 – Planeamento da prestação de serviços – 30%

b2) VT3 – Composição da equipa e mobilização – 30%

2. A avaliação das propostas realizar-se-á de acordo com o modelo constante do Anexo VII do



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

Programa do Procedimento.

3. Para efeitos do n.º 4 do Artigo 74.º do CCP, em caso de empate entre duas ou mais propostas, são utilizados como critério de desempate, sucessivamente e pela ordem indicada:

- a)** Os fatores e subfactores que constam do n.º 4 do Anexo VII do Programa do Procedimento, por ordem decrescente de ponderação relativa;
- b)** Em caso de empate no valor total das propostas apresentadas, a proposta vencedora é apurada através de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão notificados aos concorrentes com uma antecedência mínima de três dias.

Artigo 18.º

Relatório preliminar e audiência prévia

1. Nos termos do Artigo 146.º do CCP, após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.

2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri do procedimento deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas cuja análise revele alguma(s) das causas de exclusão prevista (s) no n.º 2, do Art.º 70 e no n.º 2, do Art.º 146, ambos do CCP.

3. Do relatório preliminar consta referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no Artigo n.º 72 do CCP.

4. Depois de cumpridas as formalidades previstas nos números anteriores, em cumprimento do Artigo 147.º do CCP, o Júri promoverá a audiência prévia escrita a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 19.º

Relatório final

Em conformidade com o n.º 1 do artigo 148.º do CCP, decorrido o prazo referido no Artigo anterior, o júri procede à elaboração do relatório final, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia referido anteriormente.

Artigo 20.º

Decisão e notificação de adjudicação

1. Nos termos do n.º 3 e n.º 4 do artigo 148.º do CCP, cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo,



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

é enviado ao órgão competente para decisão sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise das propostas

3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o Município de Marco de Canaveses notifica o Adjudicatário para:

- a)** Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo seguinte;
- b)** Prestar caução, indicando expressamente o seu valor;
- c)** Confirmar, no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- d)** Se pronunciar sobre a minuta de contrato;
- e)** Confirmar, no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição do agrupamento, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.

Artigo 21.º

Documentos de habilitação

1. No prazo de 10 (dez) dias, após a notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos, sem prejuízo de outros que se entenderem por convenientes:

- a)** Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo VIII ao presente Programa do Procedimento e do qual faz parte integrante;
- b)** Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i)) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
- c)** Documento comprovativo no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo ou, o respetivo código de acesso;
- d)** Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, conforme o previsto no n.º 9 do artigo 81.º do CCP.

2. Tendo em atenção o disposto no n.º 1, alínea b do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade de adjudicação por força do disposto no artigo 87-A do CCP.

3. O Adjudicatário, ainda que tal não conste do Programa do Procedimento, deve proceder à apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, sendo-lhe fixado um prazo para o efeito.

4. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, e pode dar origem a caducidade da adjudicação no caso de não serem atempadamente apresentados.

5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o Adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

6. Quando os documentos a que se referem o n.º 2 do presente artigo se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Município de Marco de Canaveses o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

7. O Município de Marco de Canaveses pode sempre exigir ao Adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

8. Quando o Adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos números anteriores.

9. O Município de Marco de Canaveses notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

10. Os documentos de habilitação apresentados pelo Adjudicatário serão disponibilizados pelo Município de Marco de Canaveses, na Plataforma Eletrónica utilizada, para consulta de todos os concorrentes.

Artigo 22.º

Caução

1. Nos termos dos Artigo 88.º do CCP, para garantia da celebração do contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deverá ser prestada, pelo Adjudicatário, uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, salvo quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado como preço anormalmente baixo, caso em que o valor é de 10% do preço contratual.

2. Para os efeitos previstos no número anterior, os modelos referentes à caução são os previstos no Anexo IX ao presente Programa do Procedimento, por um dos seguintes modos:



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

- a) Depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem do Município de Marco de Canaveses, devendo ser especificando o fim a que se destina, a garantia.
- b) Garantia bancária, sendo obrigatório o reconhecimento na qualidade da(s) assinatura(s) do/a(s) representante(s) da entidade emitente;
- c) Seguro-caução, sendo obrigatório o reconhecimento da(s) assinatura(s) do/a(s) representante(s) da entidade emitente.

3. Nos termos do Artigo 90.º do CCP, o Adjudicatário deve prestar a caução, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto do Município de Marco de Canaveses no dia imediatamente subsequente, mediante apresentação do documento original, sendo da responsabilidade do Adjudicatário todas as despesas relativas à prestação da caução.

4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.

Artigo 23.º

Redução do contrato a escrito

1. O contrato é celebrado por escrito, nos termos do disposto no artigo 94.º do CCP, e é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nas condições previstas no artigo 104.º do CCP.

Artigo 24.º

Aprovação da minuta do contrato

1. Nos termos do nº 1 do artigo 98.º do CCP, quando a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo Município de Marco de Canaveses em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2. O Município de Marco de Canaveses pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, nos termos do artigo 99.º do CCP.

3. Conforme o disposto no artigo 100.º do CCP, depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o Município de Marco de Canaveses notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustes propostos.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

Artigo 25.º

Aceitação da minuta do contrato

Nos termos do artigo 101.º do CCP, a minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 26.º

Causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar

1. Não há lugar a adjudicação quando se verificar alguma das situações previstas no artigo 79.º do CCP, aplicando-se, se for o caso, respetivamente, os n.ºs 3 e 4 do referido artigo.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os Concorrentes, nos termos do n.º 2 do Artigo 79.º do CCP.
3. A decisão de não adjudicação referida nos números anteriores determina a revogação da decisão de contratar, nos termos do Artigo 80.º do CCP.

IV. Disposições Finais

Artigo 27.º

Encargos dos concorrentes

1. Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação das Propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do Contrato, incluindo os emolumentos do Tribunal de Contas, constituem encargo dos Concorrentes e do Adjudicatário, respetivamente.
2. Correm por conta do Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à redução do Contrato a escrito, bem como os impostos legalmente devidos.

Artigo 28.º

Prazos

Todos os prazos indicados no presente Programa do Procedimento contam-se nos termos do disposto no artigo 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

Artigo 29.º

Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especificado no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações subsequentes, e demais legislação aplicável.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pelo Município de Marco de Canaveses, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado (assim que seja publicado o respetivo anúncio no JOUE) e junto às peças do presente procedimento.

No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento, toda e cada entidade que o integre, deverá preencher um DEUCP.

No caso de o concorrente apresentar subcontratados na sua proposta também estes são obrigados a preencher um DEUCP.

O concorrente, para preenchimento e entrega do DEUCP, deverá selecionar as seguintes opções:

- a) “Sou um operador económico”;
- b) “Importar um DEUCP”;
- c) “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela Entidade Adjudicante na plataforma utilizada pela Entidade Adjudicante;
- d) Preencher o ficheiro;
- e) No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto com os documentos da proposta.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

... (indicar denominação ou firma e sede) ..., depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do Concurso Público ... (indicar denominação) ..., e de todas as condições estabelecidas no respetivo Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e restantes peças patenteadas, propõe-se executar todos os trabalhos que constituem o objeto do concurso, pelo preço global de (por algarismos e por extenso), em conformidade com os valores do mapa de quantidades seguinte:

Artigo	Descrição	Qt 10 anos	unid	P. unit	P.total
1º	Recolha e transporte de resíduos indiferenciados, incluindo manutenção e substituição de contentores por atos de vandalismo, degradação e outros, bem como a lavagem e desinfeção de equipamentos de deposição	116 016,00	Ton		
2º	Recolha por proximidade e transporte de bioresíduos domésticos, incluindo manutenção e substituição de contentores por atos de vandalismo, degradação e outros, bem como a lavagem e desinfeção de equipamentos de deposição.	33 600,00	Ton		
3º	Recolha porta-a-porta e transporte de bioresíduos de grandes produtores, incluindo manutenção e substituição de contentores por atos de vandalismo, degradação e outros, bem como a lavagem e desinfeção de equipamentos de deposição.	13 280,00	Ton		
4º	Recolha e transporte de RCD e RCDA.	4 730,00	Ton		
5º	Recolha e transporte de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), inclui os abandonados nas vias.	50,00	Ton		
6º	Recolha e transporte de resíduos verdes (RV), inclui os abandonados nas vias	610,00	Ton		
7º	Recolha e transporte de resíduos volumosos ("monos" e "monstros"), inclui os abandonados nas vias	1 440,00	Ton		
8º	Varredura manual, limpeza e lavagem incluindo todos os elementos e ferramentas necessárias à sua perfeita execução e ainda a respetiva manutenção, lavagem e substituição de papeleiras por atos de vandalismo, degradação e outros	120,00	mês		
9º	Varredura e lavagem mecânica de arruamentos	120,00	mês		
10º	Fornecimento e instalação de sistemas de fixação de contentores, e respetiva manutenção, incluindo substituição em caso de vandalismo, degradação ou outros, que inviabilizem o seu uso.	160,00	un		
11º	Fornecimento e instalação de papeleiras metálicas de 40 litros, incluindo manutenção, lavagem e substituição por atos de vandalismo, degradação ou outros	150,00	un		
12º	Sistema de gestão da informação	1,00	un		
13º	Instalações de apoio e logística	1,00	un		
14º	Realização de campanhas de Sensibilização e Educação Ambiental, duas por ano	20,00	un		
			Total		



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

Às quantias referidas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar a execução do contrato ao que se encontra prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... [assinatura].



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

ANEXO III

ESTUDO ECONÓMICO-FINANCEIRO

O documento da proposta referido no n.º 1, da alínea c) do artigo 9º deve apresentar um estudo económico-financeiro para a prestação de serviços, com referência nomeadamente a:

- i. O estudo deve evidenciar a justificação para os preços propostos, sendo desenvolvido para o período de 10 (dez) anos de prestação de serviços e admitindo as atividades a desenvolver e as quantidades indicadas no caderno de encargos.
- ii. O estudo deve:
 - Ser claro e possuir um adequado grau de detalhe, nos termos definidos no caderno de encargos;
 - Ser coerente entre os seus elementos constitutivos e com os objetivos definidos no caderno de encargos, adotando os pressupostos técnicos e económicos aí vertidos;
 - Ser apresentado a preços constantes de 2023.
 - Os preços propostos destinarem-se à recuperação dos custos fixos e variáveis incorridos, para além de remunerarem o Adjudicatário.
 - Evidenciar detalhadamente os cálculos justificativos, em particular a discriminação de custos unitários, quantidades, e outras variáveis consideradas;
 - Determinar os custos totais e unitários, por tipologia de serviço;
 - Explicitar o racional que conduziu à transposição dos custos por serviço para os preços propostos por serviço, bem como a identificação das margens;
 - Ser apresentado de acordo com a seguinte sequência e modelos:
 - a) Preços da prestação de serviços;
 - b) Plano financeiro da prestação de serviços;
 - c) Plano de aquisições;
 - d) *Cash-flows* previsionais;
 - e) Demonstrações financeiras previsionais, de acordo com o SNC:
 - Demonstrações de resultados;
 - Balanços;
 - Demonstrações de fluxos de caixa;
 - Mapas de amortizações e depreciações.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

ANEXO IV

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DA METODOLOGIA PROPOSTA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O documento da proposta referido no n.º 1, da alínea d) do artigo 9º deve conter a metodologia de desenvolvimento das diferentes atividades, com referência nomeadamente a:

A memória descritiva e justificativa deverá respeitar as especificações e o Programa Preliminar anexo ao caderno de encargos.

A memória descritiva e justificativa da metodologia proposta para a prestação dos serviços, sem ser limitativo, deve conter:

1. Organização da prestação de serviços, envolvendo, nomeadamente:
 - a) Estudo dos circuitos de recolha.
 - b) Estudo das operações de recolha de resíduos volumosos, verdes, RCD e REEE
 - c) Estudo da limpeza manual e mecânica
 - d) Estudo da lavagem de contentores
 - e) Estrutura organizacional prevista para execução dos serviços, com indicação do organograma, categorias e funções, habilitações do pessoal técnico e de coordenação (com apresentação dos respetivos currículos, evidenciando a experiência e competência necessária à prestação de serviços), operacional e apoio informático e administrativo e respetivas afetações
 - f) Descrição e caracterização dos meios de equipamento a afetar
 - g) Indicação da localização do parque de viaturas, oficinas e armazém e respetivas características
 - h) Procedimentos técnicos relativos às atividades de manutenção dos equipamentos
 - i) Procedimentos de substituição de equipamentos
 - j) Sistema de gestão de informação
 - k) Controlo de qualidade e segurança.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

2. Recolha de resíduos indiferenciados, biorresíduos, resíduos volumosos, verdes, RCD e REEE

O estudo dos circuitos deve basear-se na previsão dos pontos de recolha, dos quantitativos de resíduos a recolher e da previsão de distribuição de contentores tomando-se como referência deste estudo o Programa Preliminar anexo ao caderno de encargos.

O estudo dos circuitos deve incluir:

- a) Pressupostos adotados para o estabelecimento dos circuitos propostos
- b) Representação espacial dos circuitos de recolha propostos, por tipologia de resíduos a recolher
- c) Caracterização de cada circuito (frequência e horário de recolha, nº pontos de recolha, tipologia dos produtores, nº e tipo de contentores, quantidades a recolher, distâncias e tempos de recolha, equipa e tipo de viatura de recolha)

Quanto aos meios humanos a afetar estas atividades, devem ser indicados designadamente:

- a) Meios necessários à execução normal do serviço e reservas; plano de ocupação
- b) Nº, por categoria e funções a desempenhar, e respetivas habilitações
- c) Plano de formação

Quanto às viaturas a afetar a estas atividades, devem ser indicados designadamente:

- a) Número de viaturas necessárias à execução do serviço e reservas, por tipologia
- b) Plano de ocupação
- c) Características, por tipo de viatura (capacidade de carga, dispositivos de elevação de contentores, chassis, caixa, etc).

Quanto aos meios de deposição a afetar a estas atividades, devem ser indicados designadamente:

- a) Número de meios de deposição por tipologia de resíduos
- b) Características, por tipo de meios de deposição
- c) Sistemas de identificação

3. Limpeza urbana

- a) Varredura manual, limpeza e lavagem, com identificação espacial e caracterização dos cantões de limpeza, frequências e meios de apoio



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

- b) Varredura mecânica, com identificação espacial e caracterização dos circuitos, frequências, características do equipamento e meios de apoio
- c) Lavagem mecânica, com identificação espacial e caracterização dos circuitos, frequências, características do equipamento e meios de apoio
- d) Limpeza multifunções, com identificação espacial e caracterização dos locais de intervenção, frequências, características do equipamento e meios de apoio

Quanto aos meios humanos a afetar a estas atividades, devem ser indicados designadamente:

- a) Meios necessários à execução normal do serviço e reservas; plano de ocupação
- b) Nº, por categoria e funções a desempenhar, e respetivas habilitações
- c) Plano de formação

Quanto às viaturas a afetar a estas atividades, devem ser indicados designadamente:

- a) Número de viaturas necessárias à execução do serviço e reservas, por tipologia
- b) Plano de ocupação
- c) Características, por tipo de viatura (capacidade de carga, dispositivos de elevação de contentores, chassis, caixa, etc).

Outros meios e equipamento necessários, com indicação de características, quantidades e funções

4. Lavagem de contentores

- a) Caracterização do serviço, com indicação, nomeadamente, de circuitos, periodicidade, frequências, etc.
- b) Meios humanos a afetar, categoria e qualificações
- c) Características do equipamento a afetar

5. Outras operações

- a) Caracterização do serviço, com indicação, nomeadamente, de tipologia
- b) Meios humanos a afetar, categoria e qualificações
- c) Características do equipamento a afetar

6. Campanhas de sensibilização e educação ambiental



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

- a) Estrutura das campanhas de sensibilização e educação ambiental
 - b) Calendário previsto
 - c) Meios a utilizar
7. Outras atividades, designadamente, as relativas a melhorias ambientais e de promoção da maior eficiência da prestação dos serviços.
8. Descrição e caracterização do sistema de gestão da informação, com indicação de meios necessários e *outputs*.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

ANEXO V

PLANEAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O documento da proposta referido no n.º 1, da alínea e) do artigo 9º deve conter a o planeamento do desenvolvimento das diferentes atividades, com referência nomeadamente a:

- a) Programação e calendarização das diferentes atividades da prestação de serviços, considerando o mês como unidade temporal
- b) Planeamento dos meios humanos, equipamentos e outros a afetar a cada atividade
- c) Plano de pagamentos e cronograma financeiro.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHADORES IMIGRANTES EVENTUALMENTE CONTRATADOS

..... (nome do Concorrente), com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, sob o n.º, representado(a) pelos Senhores, e, na qualidade respetivamente de, e, depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do (indicar a designação do procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada cumpre integralmente todas as obrigações decorrentes da lei relativamente a trabalhadores imigrantes contratados.

... (local),... (data),... [assinatura].



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

ANEXO VII

MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

1. São os seguintes os fatores e subfatores de avaliação das propostas, e respetivos coeficientes de ponderação:

Fator / Subfactor		Coeficiente de ponderação
Valia económica		50%
VE1	Preço	70%
VE2	Estudo económico-financeiro	30%
Valia técnica		50%
VT1	Metodologia de desenvolvimento da prestação de serviços	40%
VT2	Planeamento da prestação de serviços	30%
VT3	Composição da equipa e mobilização	30%

2. A pontuação global P de cada proposta é obtida pela soma das pontuações parciais P(n) obtidas em cada subfactor elementar multiplicadas pelos valores dos respetivos coeficientes de ponderação:

$$P = 50\% \times P(VE) (70\% \times P(VE1) + 30\% \times P(VE2)) + 50\% \times P(VT) (40\% \times P(VT1) + 30\% \times P(VT2) + 30\% \times P(VT3))$$

com arredondamento às centésimas.

3. Os subfactores elementares são pontuados entre 0 e 100, através das escalas de pontuação a seguir definidas.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

3.1. Subfator VE1 - Preço

Este subfator é avaliado pelo preço indicado no documento da proposta referido no n.º 1, da alínea b) do artigo 9º.

A pontuação parcial neste subfator, P(VE1), é obtida através da seguinte expressão matemática, com arredondamento às centésimas:

$$P(VE1) = \left(\frac{P_{Base} - P_{prop.}}{P_{Base}} \right) \times 100$$

em que:

P_{Base} – Preço máximo, correspondendo ao indicado em Caderno de Encargos para o período de 10 anos, não podendo o mesmo exceder o valor de 25 327 600 €, sem IVA;

P_{prop.} – *P_{UM}* – Preço global proposto (conforme proposta de preço)

3.2. Subfator VE2 – Estudo económico-financeiro

Este subfator é avaliado pelos atributos do documento da proposta referido no n.º 1, da alínea c) do artigo 9º, tendo em conta os requisitos constantes do Anexo III.

A pontuação parcial neste subfator, P(VE2), é obtida através da seguinte escala de pontuação:

ATRIBUTOS	P(VE2)
O estudo económico apresentado não é omissivo em relação a nenhum dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento, especifica cada um desses aspetos com um elevado grau de detalhe e clareza, apresentando completa coerência interna e com o estabelecido nos requisitos do Anexo III do Programa do Procedimento.	100



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

O estudo económico apresentado não é omissivo em relação a nenhum dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento, especifica cada um desses aspetos com um bom grau de detalhe e clareza, apresentando coerência interna e com o estabelecido nos requisitos do Anexo III do Programa do Procedimento.	75
O estudo económico apresentado não é omissivo em relação a nenhum dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento, mas especifica esses aspetos ou alguns deles de forma genérica, apresentando coerência interna e com o estabelecido nos requisitos do Anexo III do Programa do Procedimento.	50
As especificações dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento mostram-se nalguns casos incoerentes ou desadequados, e/ou o estudo económico é omissivo ou com lacunas em relação a alguns desses aspetos.	25
As especificações dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento mostram franca incoerência ou desadequação, e/ou o estudo económico é omissivo ou com lacunas em relação a muitos desses aspetos.	0

3.3.Subfactor VT1 – Metodologia de desenvolvimento da prestação de serviços

Este subfactor é avaliado pelos atributos do documento da proposta referido no n.º 1, da alínea d) do artigo 9º, tendo em conta os requisitos constantes do Anexo IV.

A pontuação parcial neste subfactor, P(VT2), é obtida através da seguinte escala de pontuação:



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

ATRIBUTOS	P(VT2)
A metodologia apresentada não é omissa em relação a nenhum dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, especifica com um grau de detalhe elevado cada um desses aspetos, apresentando-os de forma completa e adequados à prestação de serviços em causa.	100
A metodologia apresentada não é omissa em relação a nenhum dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, especifica com um bom nível de detalhe cada um desses aspetos, apresentando-os de forma adequada à prestação de serviços em causa.	75
A metodologia apresentada não é omissa em relação a nenhum dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, mas especifica esses aspetos ou alguns deles de forma genérica, apresentando-se essas especificações em geral adequadas à instalação em causa.	50
As especificações dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos mostram-se nalguns casos inadequadas ao tipo de prestação de serviços ou incoerentes, e/ou a metodologia apresentada é omissa ou apresenta lacunas em relação a alguns desses aspetos.	25
As especificações dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos mostram franca incoerência ou desadequação à prestação de serviços em causa, e/ou a metodologia apresentada é omissa ou apresenta lacunas em relação a bastantes desses aspetos.	0

3.4. Subfactor VT2 – Planeamento da prestação de serviços

Este subfactor é avaliado pelos atributos do documento da proposta referido n.º 1, alínea e) do artigo 9º, tendo em conta os requisitos constantes do Anexo V.



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

A pontuação parcial neste subfactor, P(VT3), é obtida através da seguinte escala de pontuação:

ATRIBUTOS	P(VT3)
O planeamento da prestação de serviços apresentado não é omissa em relação a nenhum dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, especifica com um grau de detalhe elevado cada um desses aspetos, apresentando essas especificações completa adequação à prestação de serviços em causa.	100
O planeamento da prestação de serviços apresentado não é omissa em relação a nenhum dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, especifica em geral com bom nível de detalhe cada um desses aspetos, apresentando-se essas especificações adequadas à prestação de serviços em causa.	75
O planeamento da prestação de serviços apresentado não é omissa em relação a nenhum dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, mas especifica esses aspetos ou alguns deles de forma genérica, apresentando-se essas especificações em geral adequadas à prestação de serviços em causa.	50
As especificações dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos mostram-se nalguns casos inadequadas ao tipo de prestação de serviços em causa. ou incoerentes, e/ou o planeamento apresentado é omissa ou apresenta lacunas em relação a alguns desses aspetos.	25
As especificações dos aspetos requeridos no Programa do Procedimento e Caderno de Encargos mostram franca incoerência ou desadequação à prestação de serviços em causa. e/ou o planeamento apresentado é omissa ou apresenta lacunas em relação a bastantes desses aspetos.	0



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

3.5. Subfactor VT3 – Composição da equipa e mobilização

Este subfactor é avaliado pelos atributos do documento da proposta referido no n.º 1, da alínea d) e e) do artigo 9º.

A pontuação parcial neste subfactor, P(VT3), é obtida através da seguinte escala de pontuação:



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

ATRIBUTOS	P(VT1)
Proposta cuja composição da equipa técnica e coordenação é superior ao definido para a prestação de serviço, instruída de forma muito cuidadosa, sendo detalhada, clara e objetiva. Os curricula adequam-se claramente às funções pretendidas e a mobilização dos meios humanos é adequado à prestação de serviço a realizar.	100
Proposta cuja composição da equipa técnica e coordenação é adequada ao objeto da prestação de serviço, instruída de forma clara e objetiva. Os curricula adequam-se às funções pretendidas e a mobilização dos meios humanos é adequado à prestação de serviço a realizar.	75
Proposta cuja composição da equipa técnica e coordenação é adequada ao objeto da prestação de serviço, embora instruída de forma genérica, sendo pouco clara e objetiva. Os curricula de alguns colaboradores não se adequam às funções pretendidas, sendo a mobilização dos meios humanos adequada à prestação de serviço a realizar.	50
Proposta cuja composição da equipa técnica e coordenação não é adequada ao objeto da prestação de serviço, sendo instruída de forma muito genérica, não sendo clara e objetiva. Os curricula não se adequam às funções pretendidas e a mobilização dos meios humanos não é adequada à prestação de serviço a realizar.	25
Proposta cuja composição da equipa técnica e coordenação é instruída com elementos muito genéricos e totalmente adequada ao objeto da prestação de serviço.	0

4. Em caso de empate, são utilizadas como critério de desempate, sucessivamente e pela ordem indicada, as pontuações obtidas nos subfactores:

- VE1 – Valia do preço global;
- VT1 – Valia da metodologia de desenvolvimento da prestação de serviços



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

- VE2 – Valia do estudo económico-financeiro;
- VT2 – Valia do planeamento da prestação de serviços;
- VT3 – Valia da composição da equipa e mobilização;



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)]..

.. (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

ANEXO IX MODELOS DE CAUÇÃO

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

O Banco, com sede em, matriculado no Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de, presta a favor de, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da adjudicação, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que(Adjudicatário) assumirá no contrato que com ele o Município de Marcos de Canaveses vai outorgar e que tem por objeto o (indicar a designação do procedimento em causa).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município de Marcos de Canaveses sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que(Adjudicatário) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atual).

... (local),... (data),... [assinatura].



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A Companhia de Seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de com o capital social de presta a favor do Município de Marcos de Canaveses e ao abrigo de contrato de seguro – caução celebrado com(tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da adjudicação, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que(entidade adjudicatária) assumirá no contrato que com ele o Município de Marcos de Canaveses vai outorgar e que tem por objeto o (indicar a designação do procedimento em causa).

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do Município de Marcos de Canaveses sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que(entidade adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros não pode opor ao Município de Marcos de Canaveses quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atual).

... (local),... (data),... [assinatura].



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros €

Vai (nome do Adjudicatário), com sede em (morada), depositar na conta n.º, com o IBAN: do Banco....., quantia de (por algarismos e por extenso), em dinheiro, valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da adjudicação, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que assumirá no Contrato e que tem por objeto o (indicar a designação do procedimento em causa), para os efeitos do Artigo 88.º e nos termos dos n.ºs 3 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Marco de Canaveses, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

... (local),... (data),... [assinatura].



Câmara Municipal de Marco de Canaveses

ANEXO X CONSTITUIÇÃO DE JÚRI

Por deliberação tomada na reunião de Câmara em vinte e oito de julho de dois mil e vinte e três, foi designado o Júri do presente procedimento, o qual é composto pelos seguintes elementos:

- a) Arq. Rui Almeida (Presidente);
- b) Eng.º Joaquim Moura (Vogal efetivo);
- c) Dr.ª Patrícia Duarte (Vogal efetivo);
- d) Dr.ª Clara Raquel Pereira (Vogal efetivo);
- e) Eng.º Nuno Ferreira (Vogal efetivo);
- f) Dr.ª Vera Monteiro (Vogal suplente);
- g) Dr.ª Cláudia Amorim (Vogal suplente).

Ao Júri foram delegadas todas as competências do órgão competente para a decisão de contratar no âmbito do procedimento nos termos do artigo 69.º do CCP, à exceção das previstas no n.º 2 do mesmo Artigo, bem como aquelas que pela sua natureza não são suscetíveis de delegação.